

As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)

The legacy of Rosário: worker associativism and the silence of ethnic-racial identity in the post-abolition period, Laguna (SC)

Thiago Juliano Sayão*

RESUMO

Este artigo traz uma reflexão sobre a Sociedade Recreativa União Operária (1903), uma associação fundada por afrodescendentes vinculados à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Consideramos a relação entre as associações, religiosa e leiga, o principal indicativo da ascendência africana dos sócios da Operária, uma vez que essa agremiação não afirmou, na primeira metade do século XX, uma identificação étnico-racial. O ocultamento da raça ou cor em uma agremiação classista na cidade de Laguna, estado de Santa Catarina, apresenta-se como oportunidade de estudo sobre a associatividade afro-brasileira no pós-abolição.

Palavras-chave: associativismo; pós-abolição; Laguna.

ABSTRACT

This article looks at *Sociedade Recreativa União Operária* (1903), an association founded by Afro-Descendants linked to the Brotherhood of Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. We consider the relationship between religious and lay associations, the principal indicator of the African ancestry of the members of *Operária*, since this association did not stipulate an ethnic-racial identification during the first half of the twentieth century. Hiding race or color in a class based group in the city of Laguna, in the Brazilian state of Santa Catarina, is understood as an opportunity for studying Afro-Brazilian associativity in the post-abolition period.

Keywords: associativism; post-abolition; Laguna.

Qualquer forasteiro que aporte à Laguna, quer por via férrea, quer por via marítima, tem logo seu espírito de observador solicitado por uma construção, que pela elevada posição topográfica em que se acha, e que pelo simbolismo religioso que reflete, deveria aparecer com outro aspecto e presença; e, não com a franca ruína e verdadeiro abandono que demonstra.

* Pós-doutorando em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. thiagosayon@gmail.com

Referimo-nos ao pequeno templo do Rosário que se ergue sobre o pequeno monte no extremo norte de nossa cidade e com a mesma denominação.

Sabemos todos que o referido templo ora em ruínas pertence a irmandade do Rosário, que, achamos, deveria congregar esforços e até solicitar o apoio público a fim de não consentir nunca que uma construção daquelas, que tanto trabalho e dedicação exigiu, ficasse como se acha atualmente; em estado de puro abandono.

Ora, daqui apelamos para o espírito religioso dos *irmãos do Rosário*, que sendo, *em sua maioria, operários*, poderão com um pouco de esforço restaurar um templo, que pela atração que atrai dos nossos visitantes, assim como se acha, torna-se não só um flagrante espelho da nossa decadência religiosa, como da muita falta de amor a estética da nossa cidade.¹

A igreja do Rosário foi demolida na década de 1930, cerca de 12 anos após a publicação desse texto. A dissolução da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Laguna (SC) deve ser lida de forma relacional e não definitiva, pois implicou um processo de reagrupamento associativo dos afro-descendentes no pós-abolição. Este artigo traz uma reflexão sobre a criação de uma associação fundada por negros vinculados ao Rosário, em um contexto marcado pela segregação racial e pela luta por cidadania.

A confraria era o lugar de origem de quatro dos fundadores da Sociedade Recreativa União Operária (SRUO): Bonifácio Jesuíno Alves, Lucidonio Sypriano, Pedro Jerônimo do Nascimento e Antônio Felisberto da Rosa. Bonifácio e Lucidonio eram pedreiros; Pedro, carpinteiro, e Antônio, negociante. Consideramos que a participação de membros do Rosário na criação e no governo da Operária é um indicativo importante da ascendência africana dessa sociedade, uma vez que a SRUO não afirmou, na primeira metade do século XX, qualquer identificação étnico-racial. O ocultamento da raça² ou cor³ apresenta-se como oportunidade de estudo das estratégias de ascensão social e conquista de novo território negro por meio do associativismo. Se a demolição da igreja do Rosário representou a eliminação de um antigo espaço afro-descendente, a construção da Operária serviu para legitimar a apropriação de outro sítio destinado à sociabilidade de um grupo afro-lagunense.

Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1682) está entre as povoações mais antigas de Santa Catarina, com São Francisco do Sul (1658) e Nossa Senhora do Desterro (1662). A vila da Laguna serviu de porto de aguada e abastecimento de alimentos e madeira durante as primeiras décadas de colonização portuguesa na América meridional. Os vicentistas utilizaram a mão de obra indígena e africana desde sua fundação. Na última metade do século XVIII, a colonização e

povoamento no litoral catarinense contou com um grande afluxo de escravos e com a chegada de aproximadamente 6 mil imigrantes açorianos e madeirenses. A produção agrícola de Santa Catarina passou, nesse período, a oferecer uma diversidade de gêneros para “ajudar a suprir as demandas das áreas do Centro-Sul e Nordeste” (Mamigonian; Cardoso, 2013, p.24). Na primeira década do século XX, a economia do município de Laguna baseava-se na produção agrícola em pequena escala e na pesca. Dentre os gêneros alimentícios exportados estavam: farinha de mandioca, peixe salgado, milho, fava e feijão. A cidade contava ainda com uma dezena de fábricas que produziam: cerveja, sabão, velas, fogos de artifício, malas, baús, objetos de folhas de flandres, vinagre, tonéis e sapatos. A paisagem urbana era composta por portos, trapiches e cerca de mil prédios, entre edifícios públicos e residências particulares. Em 1900, o município lagunense contava com 16.471 habitantes; em 1920 esse número saltou para 27.573. No censo demográfico de 1940, em que aparece a indicação de cor da população, constam 30.728 brancos e 2.489 pretos e pardos.

A história da Laguna não considerava, até a década de 1990, os africanos e seus descendentes como agentes históricos. Nos textos dos memorialistas locais eles aparecem na condição de escravos até a abolição para, depois, deixarem de ser citados. A invisibilidade dos negros no Sul do Brasil é, segundo Ilka Boaventura Leite (1996), um dos suportes da ideologia do branqueamento que decorre dos discursos da suposta insignificância da escravidão para um sistema econômico sulino baseado na policultura em escala reduzida. Atualmente, entretanto, as pesquisas acadêmicas mostram que escravizados, livres e libertos de origem africana participaram ativamente da vida social catarinense desde o Setecentos. Na primeira metade do século XIX eles representavam cerca de 30% da população litorânea. A mão de obra escrava era utilizada na produção agrícola, com destaque para a farinha de mandioca, para a pesca e a produção de óleo de baleia. As pesquisas recentes também indicam que além de servirem de mão de obra para seus senhores, os africanos e crioulos escravizados, libertos e livres trabalharam para si, associaram-se em irmandades e sociedades de diferentes naturezas, viajaram entre províncias, acumularam bens (inclusive escravos) e constituíram famílias com distintos graus de parentesco.

AS RAÍZES DA IRMANDADE OPERÁRIA

Os estudos que tratam das irmandades do Rosário no Brasil concentram-se no período anterior à abolição e estão pautados, fundamentalmente, nos

compromissos, livros e estatutos produzidos nos séculos XVIII e XIX. Os autores situam-nas como espaços de controle social da Igreja Católica, mas também como territórios de resistência da cultura africana e afro-brasileira. Nas irmandades de pretos e pardos se realizavam rituais tradicionais católicos e festividades de caráter cultural híbrido.

As irmandades eram espaços potenciais de reinvenção da cultura africana e de proteção para a população escravizada, e, enquanto lugar de congregação, possibilitavam encontros de grupos de ascendência africana cativa, liberta e livre. Segundo João Reis, “A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto” (1996, p.9). Russel-Wood vai ao encontro da afirmação de Reis quando diz que as irmandades eram formas de vida comunitária legalmente aceitas, que estimulavam o sentimento associativo entre africanos e afrodescendentes e, ao mesmo tempo, constituíam uma “reação direta a uma série de fatores socioeconômicos” (2005, p.230). John Thornton ventila a ideia de um “cristianismo africano” (2004, p.334), no qual as irmandades seriam espaços onde muitos escravos brasileiros “expressavam suas identidades” em “desfiles nos dias santos, executando danças de sua nação e cantando em sua língua nacional” (ibidem, p.417).

O período republicano da história do Brasil é marcado pelo declínio das confrarias de negros, que podemos medir, por exemplo, no processo de destruição das igrejas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário em diferentes cidades. Na década de 1920 foram demolidas as igrejas do Rosário em Uberaba (MG) e João Pessoa (PB). Nos anos 1930 foram destruídos os templos nas cidades de Curitiba (PR), Guarulhos (SP), no bairro da Penha (São Paulo, SP), em Guaratinguetá (SP), Goiás e Campina Grande (PB). A igreja de Porto Alegre (RS) caiu no ano de 1940, e a de Campinas (SP), em 1956.⁴ Entendemos que a demolição desses templos significou um apagamento sistemático das formas coletivas de organização e mobilização dos grupos afrodescendentes. A destruição das igrejas das irmandades de negros são indícios da marcha da romanização da Igreja Católica, assim como parte da política de reforma urbana (haussmanização) que tomou corpo na primeira metade do século passado.

Por sua vez, o declínio das confrarias de pretos e pardos esteve de algum modo articulado com a ascensão de outras associações negras modernas. Estudos apontam a sobrevivência de práticas das antigas irmandades nas associações operárias, nascidas na primeira metade do século XX. Cláudio Batalha identificou a manutenção de determinados rituais das confrarias, como a estrutura organizacional das assembleias e a celebração do dia do ofício, nas sociedades

operárias afrodescendentes do Rio de Janeiro. Segundo Batalha, aspectos da cultura associativa operária foram herdadas das sociedades mutualistas do século XIX, relativas, por exemplo, “à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência de tradições ou de um vocabulário arcaico” (1999, p.47). Sidney Chalhoub explica o surgimento das sociedades beneficentes modernas como consequência da “decadência das irmandades católicas” (Chalhoub, 2007, p.228). Aquelas, em virtude da diminuição da importância da religião, passam a assumir as “funções de proteção social de trabalhadores” (ibidem). Marcelo Mac Cord analisou a transformação da Irmandade de São José do Ribamar para a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais (1850). Sua perspectiva relacional dá a ver a importância do capital simbólico acumulado pela Irmandade para a modelação da sociedade profissional e laica. Os mestres carpinteiros “usaram a Irmandade como uma instituição agregadora dos praticantes daquele ofício” (Mac Cord, 2012, p.30), e o autor explica o surgimento da Sociedade de Artes como uma estratégia de manutenção do prestígio dos irmãos da confraria do Ribamar. “A ideia de construir uma associação permitiu que eles reforçassem antigos laços comuns e reelaborassem um repertório cultural há muito tempo consolidado e compartilhado por eles na cidade do Recife” (ibidem, p.50). No campo da religiosidade afro, Luis Páres articulou o enfraquecimento das irmandades com a constituição da associatividade nos terreiros de candomblé da Bahia, que “passam a constituir um dos meios mais importantes de agregação social, identidade e resistência cultural da população negro-mestiça” (2007, p.138).

Esses estudos mostram, de diferentes ângulos, as transformações do associativismo afrodescendente que deixou de se articular em torno de confrarias para se organizar em sociedades de assistência mútua, educativa, recreativa ou de religião afro-brasileira. Além disso, ainda percebemos que as associações negras modernas herdaram algumas das principais funções das irmandades: promoção da sociabilidade, integração social e defesa de grupos racialmente discriminados.

Sabemos, no entanto, que o aparecimento de uma agremiação, seja de natureza religiosa ou laica, deve ser entendido em sua relação com o contexto histórico no qual se desenvolveu. É nesse sentido que entendemos a irmandade do Rosário da Laguna, assim como outras confrarias homônimas, como um lugar de solidariedade e visibilidade para a população africana e afrodescendente.

Esta irmandade teve a sua época áurea no tempo da escravidão. Fazia a festa da Padroeira, de grande fama, em cuja festa se podia sentir em todo o ritual, o sabor

das coisas africanas. Nela figurava um rei e uma rainha, com respectivos vassallos, todos escravos, vestidos de cores espalhafatosas. O rei, vestido a caráter, com coroa à cabeça e a rainha de cabeça enfeitada com extravagância e tudo com cores berrantes. Com estas vestimentas grotescas, vinham à igreja, assistiam à missa e à procissão. Acabada a parte religiosa, entregavam-se a danças trazidas da África, que duravam até altas horas da noite. O rei da primeira festa realizada em 1836 foi o preto forro Francisco Vaga e a primeira rainha foi Josefa, escrava de José Lourenço. Esta primeira festa foi oficiada pelo vigário Francisco Vilela, que, em 1839, foi morto pelos farrapos. (Ulysséa, 1976, p.182)

Esse texto é um dos raros relatos sobre as práticas da irmandade do Rosário da Laguna. Os documentos, atas de reuniões e compromissos produzidos por essa sociedade estão desaparecidos, por essa razão temos poucas informações sobre a confraria. Sabemos, pela leitura de jornais, que o templo do Rosário foi ponto de saída, até 1885, da importante transladação da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos. Também descobrimos que ela deixou de existir nos anos 1930 e que o terreno no qual estava localizada foi vendido pela própria irmandade em 1941. Hoje não existe qualquer sinal daquele templo, ou dos rituais ali realizados. Entretanto consideramos o apagamento da irmandade do Rosário, que se desdobrou na constituição das associações recreativas e educacionais negras, um episódio determinante da história dos africanos e afrodescendentes da Laguna no pós-emancipação.

STATUS E TERRITÓRIO NEGRO

A Sociedade Recreativa União Operária, fundada em 1903, e o Clube Literário Cruz e Souza, criado em 1906, são as duas sociedades negras modernas da Laguna. Elas tinham um caráter marcadamente recreativo. Até o aparecimento dessas associações as *soirées* aconteciam nos clubes de brancos: Clube Blondin (1887), Congresso Lagunense (1889) e Sociedade Recreativa Anita Garibaldi (1889). Podemos dizer, por conseguinte, que a União Operária inaugurou, aos moldes da cultura da *Belle Époque*, um lugar privado, território de entretenimento noturno para os negros.

Estudos sobre associativismo negro no Sul do Brasil, especialmente, no Rio Grande do Sul, explicam a criação de sociedades afrodescendentes no período do pós-abolição como ação das comunidades negras contra a discriminação racial, visto que negros e pardos eram muitas vezes proibidos de frequentar os clubes de brancos (Loner, 1999). Petrônio Domingues (2009)

aponta a constituição de redes afro-diaspóricas, compostas por associações e jornais, que tinham o objetivo de lutar contra a segregação do negro no Brasil meridional – especialmente nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e São Leopoldo. As sociedades negras de Pelotas agiam, segundo Fernanda Oliveira (2011), com a intenção de fabricar uma imagem positiva para os descendentes de africanos. De forma geral, no processo de positivação da identidade negra, os clubes recreativos e culturais seguiam um conjunto de normas de civilidade e investiam esforços na educação escolar de seus sócios. As sociedades eram lugares de sociabilidade, mas também serviram de meio para a mobilidade social de seus membros. No Rio Grande do Sul, segundo Nara de Jesus, as “associações sociais ou clubes sociais negros proliferaram durante as décadas de 20 e 30 do século XX, agrupando uma parcela da população negra que aspirava a uma ascensão social e ao *status* de classe média” (2005, p.30). A vontade de distinção social, mediante aquisição de novo *status* que se dava na apropriação de determinadas práticas culturais ditas civilizadas, é um ponto comum em pesquisas sobre associativismo afro-gaúcho.⁵ Na Laguna não foi diferente. Os trabalhadores da SRUO também tinham a associação como lugar de visibilidade, integração e ascensão social.

A União Operária, apesar do nome, era formada por uma pluralidade de profissionais, trabalhadores manuais, comerciantes, negociantes e funcionários públicos. Das 42 profissões declaradas nos livros de matrícula da SRUO, entre os anos de 1921 e 1938, 17% dos membros contribuintes se diziam operários, 13% negociantes, 9% diaristas e 7% carpinteiros. A variedade de profissões tendeu à redução com o tempo. Entre 1941 e 1949, foram registradas 27 profissões: 13% se declararam marítimos, outros 13% operários, 11% pedreiros, 6% pintores e 6% carpinteiros. Entre 1950 e 1956, das 25 profissões registradas, ficou demonstrado que o número de sócios “marítimos” aumentou proporcionalmente: 23% eram marítimos, 10% estivadores, 9% diaristas, 8% funcionários públicos, 6% pedreiros, cerca de 5% portuários, e na mesma proporção vinham os carpinteiros e os *chauffeurs*.⁶ Os dados quantitativos indicam que a dinâmica de matrícula dos associados esteve, entre as décadas de 1920 e 1950, diretamente relacionada com a movimentação socioeconômica no porto carvoeiro e cargueiro da cidade.

Os operários da SRUO promoviam bailes dançantes no aniversário da associação, nas festas dedicadas ao padroeiro da Laguna, Santo Antônio, e também organizavam festas nos carnavais e reuniões em que se dançava, jogava bilhar e bingo. Além do caráter recreativo, identificamos que o clube tinha

função educacional, com oferta de cursos noturnos e biblioteca para os sócios, amigos e familiares. Os objetivos do clube eram:

- a) Proporcionar reuniões dançantes ou quaisquer outras festas em que se reúnam amistosamente os sócios e suas famílias; b) Criar uma seção de leitura variada e instrutiva para seus sócios fazendo aquisições de jornais, livros e revistas boas; c) Intensificar e desenvolver-se por todos os meios a seu alcance os serviços de assistências sociais; d) Estabelecer jogos permitidos em sociedades para recreio de seus sócios.⁷

Entendemos que, além dos objetivos publicados nos estatutos, havia os “objetivos ocultos”, aqueles que não eram explicitados em documentos, mas que poderiam ser identificados nas ações coletivas, cotidianas e contínuas. Destacamos dois objetivos não explicitados que também servem para compreender a formação da Operária: constituir e manter um grupo identificado pela cor em uma sociedade de operários, e adquirir uma sede própria na área central da cidade. Esses objetivos nos parecem estratégicos para a constituição e manutenção daquela associação.

Os recursos financeiros foram destinados especialmente para cumprir o segundo objetivo implícito: a aquisição da sede. A capitalização da SRUO se deu com arrecadações de mensalidades, atividades recreativas e doações. As arrecadações, segundo análise realizada nos livros de receitas e despesas, apareciam na seguinte ordem de importância: as mensalidades cobradas dos sócios, e o aluguel do salão para jogos de bilhar, bingo, loteria e bufês. A mensalidade era a principal fonte de receita da sociedade, o que explica a preocupação com a inadimplência dos associados manifestada nas atas de reuniões. Aliás, a principal causa de eliminação de um sócio se dava pelo acúmulo de mensalidades atrasadas. Cabia ao tesoureiro arrecadar as mensalidades e comunicar à Diretoria quando os sócios deixassem de pagá-las por três meses consecutivos. Já a venda de ingressos para os bailes foi uma forma secundária de arrecadação. Os bailes tinham menor importância financeira, porém um alto valor simbólico, pois era nessas festividades que os associados ganhavam maior visibilidade.

Os maiores gastos da Operária estavam relacionados com os pagamentos aos fornecedores de produtos destinados aos bailes e festas, assim como serviços relacionados com a manutenção do prédio (taxas de iluminação elétrica, remoção do lixo e outros impostos pagos ao município). Em segundo lugar vinha a despesa com a compra da sede, localizada na rua Santo Antônio,

esquina com a rua Tenente Bessa, a uma quadra da praça XV de Novembro, principal espaço público urbano da Laguna. A compra dessa edificação em estilo eclético nos parece a maior realização do grupo. Ela representou a conquista de um novo território negro⁸ no centro da cidade.

A aquisição e manutenção do prédio da sede envolveu uma série de esforços articulados. Os sócios e seus familiares, especialmente as mulheres, foram responsáveis pela organização e execução de tarefas destinadas a angariar recursos. As senhoras e senhoritas, apesar de não terem assento na mesa diretora nas primeiras décadas de existência da associação, tiveram um papel fundamental na organização e produção das “diversões”. Possivelmente os jovens, familiares os sócios menores de 18 anos, registrados nos livros de registro como “convidados”, também auxiliavam na produção dos eventos. Os livros de matrículas indicam a constituição de uma rede associativa extensiva formada por sócios, familiares e convidados, indicando que o clube funcionava como polo agregador dos trabalhadores associados, e também de seus parentes e amigos.

Também pela análise do livro de contabilidade, onde constam as receitas e despesas, nos foi possível relacionar, mais uma vez, a Irmandade do Rosário com a Sociedade Operária. Parte do dinheiro utilizado para amortizar a dívida com a aquisição do imóvel foi retirada de um fundo administrado pela irmandade. A presença de indivíduos nos dois espaços, irmandade e clube, permitiu o trânsito não só de pessoas, mas de experiências e recursos que serviram para a formatação de uma economia associativa, indispensável no exercício de práticas coletivas autônomas.

A conquista da autonomia também se deu nas conexões da SRUO com personalidades locais. Era comum a visita de cidadãos ilustres nos eventos comemorativos de alto valor simbólico, como o dia da fundação, 9 de fevereiro, e o Primeiro de Maio. Conforme o artigo 39 dos estatutos, o Primeiro de Maio representava, anualmente, o início do exercício de uma nova diretoria. Na comemoração de 1938 foram rendidas homenagens ao patrono da biblioteca, líder e jornalista abolicionista, José Patrocínio, com a presença do padre Bernardo Philippi, do diretor do Congresso Lagunense, Dib Mussi, do prefeito da Laguna, Giocondo Tasso e de representantes de sindicatos locais, como o Sindicato dos Operários Estivadores e o Sindicato dos Operários Metalúrgicos.

Além dos atos públicos envolvendo a comunidade, a associação também ganhava respeitabilidade ao adotar um conjunto de atos formais e solenes em suas reuniões e festividades. O uso de símbolos e práticas formalizadas seguia os preceitos de civilidade e boa conduta. Os cerimoniais eram formados por

uma série de rituais, como: discurso proferido por personalidades (convidados ilustres e membros da diretoria), leitura da ata de fundação, execução do hino, reverência à bandeira, baile e retreta.

A manipulação de símbolos republicanos, como bandeira e hino, tinha, entre outras funções, um caráter pedagógico na perspectiva do positivismo comtiano. O uso de emblemas nos rituais públicos servia para atingir a todos, inclusive “as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra escrita” (Carvalho, 1990, p.140). As reuniões ritualizadas das sociedades reproduziam a linguagem do discurso simbólico público, por meio tanto da forma, quanto do conteúdo daquilo que era dito. A ritualização das festividades era uma das principais práticas cerimoniais inventadas pelas sociedades recreativas. Os cerimoniais públicos das sociedades lhes conferiam respeitabilidade, ao mesmo tempo em que reafirmavam sua identidade.⁹

Segundo depoimentos recolhidos por Júlio da Rosa (2011), a SRUO era um clube formado por negros que se destacaram socialmente. Paulo Sérgio da Silva, bisneto de Sizino Antônio Machado, negociante que se associou ao clube em 1919, referenciou os sócios como “negros de elite” (Rosa, 2011, p.78). Antônio Paulo Bento, ex-presidente da Operária, identificou os membros da Operária como “morenos” (ibidem, p.67). Já Marina Viana da Silva, filha de Eugênio Viana, negociante que exerceu as funções de tesoureiro e presidente na Sociedade, declarou que a União Operária pertencia aos “mulatos” (ibidem, p.86-87). Nas últimas falas, de Antônio e Marina, a posição social superior do sócio seria identificada pela cor de pele mais clara. Nessas memórias – que identificamos como coletivas (Halbwachs, 1990), a nomeação de mulato, ou moreno, para os sócios da Operária, serve para afirmar um *status* social superior e, assim, marcar a diferença em relação aos outros negros, membros do Clube Cruz e Souza, apontados, pelos mesmos entrevistados, como “pretos”.

Nas recordações de Nerina Viana Mendes, também filha de Eugênio Viana, o baile deste clube, em comparação com o do Cruz e Souza, “era mais social. Era muito cheio de coisa. ‘Nega’ preta não entrava. Eu era preta e entrava, porque era da família”.¹⁰ As lembranças de Nerina acentuam a diferenciação de *status*. Percebemos, nessa fala, que o vínculo de um afrodescendente no clube pautava-se em articulações que envolviam identificações de cor e prestígio. A mudança de posição social de uma pessoa podia implicar até mesmo uma nova identificação étnico-racial. Associar-se na Operária poderia significar “embranquecer”.¹¹ Assim, tornar-se mulato/moreno representaria uma marca de ascensão social.

Ainda que os depoimentos de pessoas ligadas ao clube, ex-sócio e parentes, apresentem uma memória coletiva da identidade do grupo (Pollak, 1992, p.204), devemos estar atentos para o fato de que as lembranças produzidas no tempo presente se misturam com as memórias da vida do entrevistado. Além disso, que a memória social também sofre modificações com o passar do tempo. A memória, segundo Pierre Nora (1993, p.9), “é vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Por isso é preciso desconfiar dos dados da memória, questionar as lembranças e problematizar os apagamentos. A memória, enquanto vestígio histórico, precisa ser confrontada e relacionada com outros documentos contemporâneos do tema estudado. Acreditamos que a identificação de mulato ou moreno pela memória coletiva seria, ao mesmo tempo, uma reafirmação do destaque social dos antecedentes do grupo e uma forma de distanciá-los da ancestralidade africana. Dito isto, analisemos uma imagem de 1921 que dá a ver a diretoria da Operária.



Figura 1 – Diretoria da Sociedade Recreativa União Operária, Laguna, 1921.

Esta fotografia foi produzida para registrar a entrega de um prêmio de loteria ao clube.¹² No centro da imagem está Lucas Bainha, responsável pela ação, cercado pelos sócios: Pedro do Nascimento, então presidente, João Augusto de Carvalho, Luiz Natividade, Euclides Santiago, João Marcolino de Souza e Bonifácio Alves. A roupa, assim como a distribuição dos homens ao redor da mesa, sugere que a cena foi montada. A fotografia é, nesse sentido, um indício que cria uma visibilidade idealizada¹³ do grupo.

Podia-se dizer que o modo de se vestir, o mais “branco” possível, seria a prova visual do branqueamento. No entanto, podemos entender que quando aqueles sócios da Operária reproduzem práticas e cerimoniais aceitos num contexto social e cultural específico, não significa que estavam se branqueando, no sentido de abandonar as heranças afrodescendentes, e sim, agindo estrategicamente “para sofrer menos discriminação e ser, talvez, mais aceito” (Hofbauer, 2005, p.408). Afinal, o branqueamento é um ideário que “abre espectro de negociação, de maneira que qualquer definição de cor/raça reflete, de certo modo, o contexto das relações de poder em que ocorre” (ibidem, p.409).

Por sua vez, a apresentação fotográfica dos diretores da sociedade em trajes de gala age na fabricação de uma imagem de “negros da elite”, e dá a ver aqueles que se diferenciariam, segundo os depoimentos já citados, dos sócios do Cruz e Souza. Nesse caso, a diferença entre os integrantes dos dois clubes estaria no *status* e não na cor. Importante destacar que o termo “elite negra” é usado para referenciar os prestigiados que integram uma coletividade discriminada (Giacomini, 2006). Ou seja, é uma expressão que serve para distinguir alguns afrodescendentes de todos os outros, pelo acúmulo de capital econômico, cultural, social ou simbólico.¹⁴ Desse modo, a identificação étnico-racial da SRUO baseada na cor da pele morena/mulata de seus sócios de maior prestígio parece-nos uma generalização da memória coletiva. Afinal, nem todos os membros da Operária eram negros de pele clara e pertenciam a um grupo de “elite”. Vejamos dois afrodescendentes, Olavo Alano e Pedro do Nascimento, que se sobressaíram na associação.

Olavo Alano (1893-1965), comerciante, foi um dos sócios de maior destaque da Operária. Em seu registro de óbito aparece como “branco”. Olavo era filho de Miguel Alano Bittencourt (1861-1939), “pardo”,¹⁵ que tinha como pais Eva Sypriana de Jesus (1820-1890) e Luciano Alano de Bittencourt. Olavo era sobrinho de Manoel Alano Fernandes Lima (1845-1923), “pardo”, filho mais velho de Eva Sypriana, também “parda”. Ambos, Eva e Manoel, ao que tudo indica, foram escravos em uma fazenda em Aratingaúba, localidade pertencente à paróquia de Imaruí. O pai de Manoel aparece em seu registro de batismo como “incógnito”, fato comum entre os filhos e filhas de escravizados. Segundo Saul Ulysséa, Manoel Alano foi “o único homem de cor que conseguiu vencer o preconceito da época contra os descendentes da raça negra, devido ao seu caráter, insinuação e delicadeza” (1943, p.43). Importante assinalar que Manoel foi tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e proprietário, com seus familiares, da loja de fazenda e armazém Manoel Alano & Irmãos.

Pedro Jerônimo do Nascimento (1882-1967), Afilhado de Manoel Alano, foi outro sócio de prestígio na sociedade. Pedro foi secretário da Irmandade Rosário e desempenhou diferentes funções na Operária: presidente, secretário e zelador. Era reconhecido como um hábil carpinteiro. Integrava o grupo dos fundadores: “Almas perseverantes que tem sabido dar valor na vanguarda da linha social este conjunto de operariado, filhos dessa terra lagunense”.¹⁶ Com 65 anos de idade recebeu o título de “presidente de honra” da SRUO, em razão da “brilhante atuação que sempre demonstrou para com a Sociedade”.¹⁷ É provável que seu brilhantismo tenha relação com a experiência associativa que adquiriu no Rosário, assim como a participação assídua que teve nas assembleias da Operária. Ainda assim, se a habilidade profissional e o comprometimento de Pedro para com a sociedade foram dignos de notas nas atas de reuniões e assembleias, seu vínculo com a irmandade de pretos permaneceu silenciada.

Não pretendemos levantar a trajetória de vida de Pedro, ou a de Olavo, mas sim chamar a atenção para a ascendência africana de ambos, mesmo no caso do segundo declarado “branco”, e apontar a provável importância do laço de parentesco que eles tinham com Manoel Alano para o sucesso na relação intragrupo. Os dois também nos ajudam a entender o sentido que essa sociedade dava para o associado-operário: trabalhador responsável, disciplinado e ordeiro. O “verdadeiro operário”, segundo Olavo Alano, era aquele que pagava as mensalidades em dia e respeitava as normas firmadas nos estatutos. O sócio operário, independentemente da natureza de sua profissão, tinha a obrigação de tirar “de seu suor” o dinheiro para sustentar a sociedade. Olavo em suas falas, anotadas em ata, alertava que se não fosse o esforço dos “verdadeiros operários” o prédio da sede teria ruído.¹⁸ Pedro e Olavo seriam, portanto, os operários exemplares em uma ética associativa que visava preservar o território conquistado pelo grupo.

SILÊNCIO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

A afirmação de uma identidade racial para a Operária não pôde ser percebida nos documentos produzidos pela agremiação na primeira metade do século XX. Portanto, não é possível afirmar, com base nessas fontes, uma identificação de cor/raça para os sócios daquele clube. Essa identificação, como vimos, foi obtida por meio de depoimentos orais, no ano de 2010 (Rosa, 2011). Como pensar então uma identidade afrodescendente em um clube recreativo que se apresentava publicamente com as mesmas roupagens dos clubes de brancos?

Para responder a essa questão partimos da relação nominal dos sócios da Operária que também integravam a irmandade do Rosário,¹⁹ para daí imaginar uma dupla identificação para os agremiados da SRUO: negros e operários. Percebemos que determinados sujeitos transitaram no espaço intersticial entre a irmandade e o clube, testemunhando tanto o processo de decadência de sua igreja, quanto a construção de um clube para si, seus parentes e amigos. O fim do Rosário, pensado pelo prisma da transfiguração associativa, resiste à versão do desaparecimento da comunidade dos homens de cor e fortalece uma interpretação baseada nas estratégias de conquista da cidadania em um mundo urbano moderno permeado pelo racismo. A política de transfiguração, salientada por Paul Gilroy, nos serve para pensar as *performances* dos afrodescendentes da Laguna em uma associação operária.²⁰ Mesmo que a SRUO não tenha reivindicado, em seus documentos, uma identificação étnico-racial, compreendemos que o espírito associativo da irmandade de negros ganhou novo corpo naquela sociedade – uma instituição mais condizente com o ideal republicano positivista, de civilidade e progresso.

Como ler, então, o ocultamento da identidade de raça, ou cor, em uma associação denominada operária? Para entender os fatores que explicam o silêncio sobre uma identificação africana é preciso considerar o contexto histórico e geográfico, geral e local, de nascimento e desenvolvimento da associação. No campo das ideias havia, nos anos 1900, a circulação de uma produção discursiva em torno da construção de uma identidade nacional que buscava anular as diferenças étnico-culturais, ao mesmo tempo em que reforçava, sob a ideologia do branqueamento no Sul do Brasil, a valorização da raça e da cultura dos colonizadores portugueses e imigrantes europeus. Outra questão importante no contexto posterior à abolição está relacionada com a disciplinarização e discriminação dos trabalhadores negros, que mobilizou jornais e polícia em um amplo combate à “vadiagem”. É nesse contexto, aliás, que as sociedades recreativas e esportivas se apresentavam como solução ao problema da indisciplina e da vagabundagem no espaço urbano. Como apontou o jornal *O Albor*: “O espírito de sociabilidade” das associações da Laguna seria “expressão da civilização”, que “reflete o requisito do adiantamento educativo de uma coletividade”.²¹ Nesse sentido, a SRUO também corroboraria para promover a sociabilidade e a educação dos trabalhadores descendentes de africanos.

No contexto de positivação do trabalho, o associativismo operário reivindicava a participação no negro na vida pública da cidade. O vínculo de identificação do negro pelo trabalho,²² por seu turno, poderia agir no combate ao estigma da descendência africana relacionada com a escravidão. É nesse sentido

que a posituação do grupo afrodescendente não se daria a partir da sustentação de uma identidade étnico-racial, e sim na afirmação de valores aceitos na cultura compartilhada da comunidade local, o que explica, de certa maneira, a inexistência de um discurso da posituação da identidade negra na Operária.

Os discursos publicados nas atas de reuniões e estatutos da Operária reafirmavam: a hierarquia de comando; o exercício do voto, nas eleições da mesa diretora; a organização burocrática; o rigor administrativo-financeiro, e o zelo para com a “decência” de seus associados. Entre os deveres dos sócios estava, segundo o Artigo 7º, Letra C, dos estatutos: “Guardar e fazer guardar toda decência no recinto social tratando com polidez as pessoas presentes, bem como não usar de palavras ou gestos indecentes ou irritantes”. A defesa dos valores da civilidade aparecia nas sanções aos comportamentos “desordeiros”, como, por exemplo, na repreensão a Fernando dos Santos por “desrespeitar o salão principal com palavras e gestos imorais”.²³ Parece que esse tipo de ação servia para negar qualquer relação dos sócios do clube com hábitos incivilizados, associados, geralmente, aos afrodescendentes pobres. Antônio Ramos foi eliminado da Operária “por promover desordens na *soirée* inaugural do Grêmio *Corbeille* de Flores, tornando-se indigno de continuar a pertencer à sociedade”.²⁴ Antônio, segundo o sócio Aragão, cometeu “falta desrespeitosa para com as famílias e a diretoria”, sendo justa a “perda de todos os seus direitos sociais”.²⁵ A punição aos filiados arruaceiros deveria ser exemplar. Almiro e Luiz Pacheco também foram expulsos da sociedade por brigarem dentro da sede da Operária, ficando “os dois impossibilitados de frequentar este clube, não mais podendo ser propostos novamente (como sócios) de acordo com o Artigo 18, Letra C dos estatutos”.²⁶ A punição, nesses casos, ao contrário de significar uma distensão do grupo, parece que fortalecia os laços de solidariedade, uma vez que as normas de conduta, ao exercer um controle sobre os modos de agir, reforçavam a imagem de civilidade aos sócios da Operária.

O discurso público²⁷ dos sócios da União Operária nos parece o resultado de um processo de negociação de poder entre diferentes grupos sociais da cidade. Para entender as *performances* públicas e o silêncio da identidade negra na Operária, devemos considerar o solo em que ela se formou: um espaço urbano em que o poder político concentrava-se na mão de poucas famílias associadas com a Igreja Católica (Serpa, 1993). Talvez, por isso, o destaque ou ascensão social de um indivíduo na SRUO passasse pelo ocultamento da identificação racial. Para pensar esse silêncio também devemos considerar a distribuição étnica da população da Laguna. Vimos, no começo deste texto, que os afrodescendentes (pretos e pardos) representavam, segundo o recenseamento

de 1940, 7,5 % da população. Possivelmente uma afirmação identitária pela cor resultaria, na primeira metade do século XX, em reações negativas, diretas ou indiretas, prejudicando os projetos sociais de um grupo minoritário.

Assim, o ocultamento da identidade racial no discurso público não seria o apagamento da herança africana, mas o posicionamento tático de inserção social dos afrodescendentes no período pós-abolição, visto que: “Especialmente durante as primeiras décadas após o fim do cativo, referências à condição de ex-escravos ou menção à cor de uma pessoa continuavam a causar suspeição ou desqualificar um indivíduo” (Rio; Mattos, 2005, p.33). O exemplo da Operária aponta que o silêncio da cor/raça não foi somente uma estratégia individual, mas também de um grupo. Esse silêncio poderia ser explicado pela vitória, mesmo que provisória, da ideologia do branqueamento. Segundo Hebe Mattos: “A igualdade entre os cidadãos brasileiros era percebida fundamentalmente pela perda da marca da escravidão”, que implicava “deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como ‘preto’ ou ‘negro’, até então sinônimos de escravos ou ex-escravos e, portanto, referentes a seu caráter de não cidadão” (2013, p.289-290). É justamente por isso que o ocultamento da identificação racial se apresenta, também, como uma estratégia de resistência, integração e ascensão social.

O ato de não declarar o vínculo associativo de cor/raça deve ser compreendido em contextos segregacionistas. Desde o Império, segundo Sidney Chalhoub, os conselheiros de Estado costumavam usar diferentes subterfúgios, como a falta de assinaturas, ou o analfabetismo de um dos diretores das associações, para desaprovar estatutos com clivagens raciais: “Os pareceres dos conselheiros de Estado sobre as sociedades beneficentes de negros mostram a determinação dos conselheiros em barrar a constituição de sujeitos sociais coletivos baseados na autoidentificação racial e/ou de origem africana” (Chalhoub, 2007, p.237). Ao analisar o discurso público da SRUO – que se caracterizou nas falas autorizadas e documentadas em atas de reuniões e estatutos –, percebemos que a afirmação da diferença, especialmente afrodescendente, continuou sofrendo autocontrole, declarado ou velado, após a Abolição e a proclamação da República.

De fato, havia na cultura da Operária a intenção de silenciar determinadas ações e dizeres, provavelmente com o intuito de preservar uma imagem de idoneidade aos seus associados. Lemos nos estatutos que entre os deveres dos sócios estava: “Guardar toda reserva e não divulgar qualquer ocorrência e incidentes desagradáveis ou quaisquer outros fatos que porventura se passarem no recinto da sociedade”.²⁸ Em apenas um episódio encontramos sinal evidente

de identificação racial para os sócios da SRUO. Na assembleia realizada no dia 6 de maio de 1967, registrou-se em ata: “ficou deliberado que os senhores Fiscais proibam toda e qualquer entrada na pista de dança de elementos da raça branca”.²⁹ Fora esse episódio pontual, que afirma a identidade a partir do contraste e da negação do outro, a Operária não deixou explícito, nos estatutos ou documentos de expediente, uma filiação étnico-racial. Apesar de a Lei 173 de 10 de setembro de 1893 e o Código Civil de 1916³⁰ não impedirem a formação de agremiações de cunho racial, na prática havia a desaprovação, mesmo que velada, dos valores que sublinhassem a história dos africanos e seus descendentes na formação sociocultural da Laguna. Assim, o silêncio em torno da identidade de raça pode ser interpretado como uma marca sociocultural do escravismo, assim como uma estratégia para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a memória coletiva não identificou o sócio “mulato” ou “moreno” da Sociedade Recreativa União Operária como descendente dos “pretos” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Esse dado é esquecido, ou ocultado. Só pudemos estabelecer a relação íntima entre essas sociedades na pesquisa comparativa entre os nomes de seus integrantes. E foi justamente a presença de irmãos do Rosário na fundação e condução da Operária que nos levou a pensar a dupla identidade dessa sociedade: negra e operária, sendo a identidade negra, ocultada, uma das heranças do Rosário. Com base no que lemos, podemos suspeitar que a experiência acumulada e o prestígio dos sujeitos que transitaram da irmandade ao clube foram fatores que influenciaram as escolhas das lideranças e o próprio desenvolvimento da associação.

Também apontamos que ser sócio da Operária exigia uma ética associativa própria. O bom operário era o trabalhador que se dedicava ao clube e cumpria os regulamentos estatucionais. Nesse sentido, ser operário, para o afrodescendente associado, significava uma forma real de valorização de si por meio do trabalho, especialmente para aqueles que exerciam atividades manuais.

Por fim, os estudos sobre associativismo negro nos mostraram que o ato de se reunir em associações era prática de sociabilidade, mas também possibilidade de afirmação ou alteração da posição social do sujeito que, através da agremiação, poderia negociar uma inserção positiva na sociedade lagunense. Esta pesquisa, por sua vez, indicou que o processo de ocultamento da identificação étnico-racial fez parte das estratégias cotidianas de atuação social e

política de uma associação operária e afrodescendente da cidade da Laguna, no período pós-abolição. O silêncio da identidade negra foi lido aqui não como uma vitória da ideologia do branqueamento, mas como uma tática localizada que, ao evitar o confronto direto com o discriminador, possibilitou a conquista e manutenção de um novo território negro.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrich. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BATALHA, Cláudio H. de M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, p.42-68, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- DANTAS, Sandra M. Entre sete colinas. História e memória na configuração do patrimônio de Uberaba. *Revista de História Regional*, v.18, n.1, p.224-238, 2013.
- DIAS, Roberto B. “*Deus a pátria*”: Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90*, Porto Alegre, v.16, n.30, 2009.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. vol. 1. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESCOBAR, Giane V. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – PPGPPC, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2010.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2006.

- GILROY, Paul. *Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2.ed. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- JESUS, Nara R. D. de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2005.
- LEITE, Ilka B. Território negro em área rural e urbana – algumas questões. *Textos e debates*. Terra e territórios de negros no Brasil. Florianópolis: Nuer/UFSC, ano 1, n.2, 1990.
- LEITE, Ilka B. (Org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 1999.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.
- MAGALHÃES, Magna L. *Entre a presteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)*. Tese (Doutorado em História) – PPGHIST, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, RS, 2010.
- MAMIGONIAN, Beatriz G.; CARDOSO, Vitor H. B. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. (Org.) *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.
- PARÉS, Luis N. *A formação do candomblé*. História e ritual da nação jeje na Bahia. 2.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- PASCHOALIN, Thais H.; BODSTEIN, Celso L. F. Pirâmide invertida. O cotidiano no centro de Campinas. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA

- COMUNICAÇÃO, 2008, UFRN. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/expocom/EXP-3-0298-1.pdf; Acesso em: 11 abr. 2015.
- PELEGRINI, Sandra C. A.; VILANOVA, Welington. As dificuldades de salvaguarda do patrimônio cultural da população negra em Guaratinguetá. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA, 2012, UEM. *Anais II Congresso Internacional de Museologia: patrimônios e acervos*. Maringá, Ed. do PGE, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.
- REIS, João J. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1996.
- RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n.17, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>; Acesso em: 11 abr. 2015.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel; Fapesp, 1997.
- ROSA, Júlio C. da. *Sociabilidade e territorialidade: a construção de sociedades de afro-descendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Florianópolis, 2011.
- ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte moderna*. São Paulo: Ed. Senac, 2009.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Ciudad de México: Ed. Era, 2000.
- SERPA, Élio C. *Igreja, elites dirigentes e catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages. 1889-1920*. Tese (Doutorado em História) – PPGHIST, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1993.
- SILVA, Fernanda O. da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIST, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2011.
- SOUSA, Fábio G. R. B. de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n.46, p.61-92, 2003.

- TANCCINI, Thaís. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre: entre a destruição e a preservação patrimonial*. TCC (Graduação em História) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*. 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: SANTO ANTÔNIO dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos. Florianópolis: Ioesc, 1976.
- ULYSSÉA, Saul. *Laguna de 1880*. Florianópolis: Ioesc, 1943.

NOTAS

¹ Jornal *O Albor*, ano 21, n.923, 25 set. 1921. Grifos nossos.

² Entendemos raça como uma categoria social e culturalmente construída (GUIMARÃES, 2005). A noção de raça adotada aqui é aquela que emerge nos embates e interações sociais, nos quais o funcionamento/acionamento social da raça (racialização) pode tanto desencadear o racismo por meio das diferenciações hierárquicas baseadas em características fenotípicas ou culturais, quanto servir de “recurso de autodefesa que deve ajudar a recuperar o sentimento étnico, o sentimento de dignidade, de autoestima e de autoconfiança” (HOFBAUER, 2006, p.24). É justamente na análise dos processos de racialização que o conceito de raça se apresenta como uma categoria de análise acadêmica importante, uma vez que nos serve para compreender a dinâmica de fabricação da identidade e da diferença.

³ Segundo GUIMARÃES (2005, p.33): “A ‘cor’ no Brasil funciona como uma imagem figurada de ‘raça’”.

⁴ Diferentemente do que ocorreu na Laguna, a maioria das igrejas citadas foram reconstruídas e depois tombadas como patrimônio histórico e cultural. Ver: DANTAS, 2013; DIAS, 2008; PASCHOALIN; BODSTEIN, 2015; PELEGRINI, VILANOVA, 2012; ROLNIK, 1997; SOUSA, 2003; TANCCINI, 2008; TOLEDO, 1983.

⁵ A civilidade é entendida como um conjunto de normas e práticas culturais adotados por indivíduos ou grupos. Segundo Norbert Elias, os valores da civilidade (*civilité*) – controle sobre fala, postura, gestos, vestuário e expressões faciais – foram usados socialmente para diferenciar grupos e classes sociais (ELIAS, 1994).

⁶ Além das profissões referenciadas, constam nos livros de matrículas os seguintes ofícios: agente, alfaiate, artista, caixeiro, canoeiro, carroceiro, confeitiro, conferente, copeiro, cozinheiro, despachante, encanador, engraxate, ferreiro, fogueteiro, foguista, funcionário público, garçom, hoteleiro, maquinista, marceneiro, mecânico, militar, ourives, padeiro, pescador, professor, sapateiro, servente, telegrafista e tipógrafo.

⁷ Estatutos da Sociedade Recreativa União Operária. *Diário Oficial*, p.7, 5 out. 1965.

⁸ Compreendemos território como um lugar praticado, um espaço “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 1994, p.202). O território negro é, por extensão do conceito, o espaço de vivências de grupos afrodescendentes, o lugar onde se dão construções singulares e elaborações de conhecimentos comuns (ROLNIK, 1989). É nesse sentido que a sede da Sociedade Operária é percebida aqui como um território de “ocupação interacional” (LEITE, 1990), já que se destinava a encontros e trocas.

⁹ Compreendemos que a prática discursiva da identidade se dá no processo de negociação e conflito com a alteridade. “A linguagem distintiva da identidade aparece novamente quando as pessoas buscam calcular como o pertencimento tácito a um grupo ou uma comunidade pode ser transformado em estilos mais ativos de solidariedade, quando elas debatem sobre o lugar em que devem constituir fronteiras em torno de um grupo e como devem ser impostas” (GILROY, 2007, p.125). A identidade é uma questão histórica e, portanto, deve ser pensada na dinâmica das relações cotidianas, contrária, por sua vez, ao essencialismo das teorias primordialistas (HALL, 2013). A identidade étnico-racial de um grupo emerge, geralmente, da negação dos discursos e práticas que envolvem uma identidade de coletividade (BARTH, 2011). Segundo Ana Rios e Hebe Mattos: “a historicidade das identidades e classificações raciais tornou-se questão central para o entendimento dos processos de emancipação escrava e das formas como as populações afrodescendentes e as sociedades pós-emancipação lidaram culturalmente com os significados da memória do cativo” (RIOS; MATTOS, 2005, p.29)

¹⁰ Arquivo pessoal do autor. MENDES, Nerina V. Entrevista concedida a Marilise L. M. dos R. Sayão, 16 jun. 2013.

¹¹ A ideologia do branqueamento disseminou a ideia de que as misturas de raças eliminariam, com o tempo, os traços biológicos e culturais africanos, os quais seriam absorvidos e eliminados por uma suposta superioridade racial do elemento branco. O branqueamento, por meio da mestiçagem, objetivava a pureza étnica. Seguindo a lógica dessa ideologia racista, defendida, no Brasil, por intelectuais como Silvio Romero e Oliveira Viana, quanto mais clara a cor da pele mais distante o sujeito estaria do elemento negro, racialmente inferior. A ideologia do branqueamento, ao fundir raça e *status* social, afirma e naturaliza a diferença por meio da cor. Segundo Andreas Hofbauer, o branqueamento é um “ideário historicamente construído (uma ‘ideologia’, um ‘mito’) que funde *status* social elevado com ‘cor branca e/ou raça branca’ e projeta ainda a possibilidade de transformação da cor de pele, de ‘metamorfose’ da cor” (HOFBAUER, 2006, p.177).

¹² *Revista Ideal*: mensário independente de artes, letras, sociologia e ciências, ano 1, n.1, jun. 1921.

¹³ A visibilidade, segundo André Rouillé, corresponde a “um esclarecimento das coisas: uma maneira de ver e de mostrar, uma certa distribuição do opaco e do transparente, do visto e do não visto” (ROUILLÉ, 2009, p.39).

¹⁴ O capital econômico é aquele constituído pela soma da renda e dos bens móveis e imóveis; o capital social envolve a rede de relações sociais; já o nível de escolaridade caracteriza o capital cultural, ele é “herdado ou adquirido na escola” (BOURDIEU, 2007, p.19); e, por fim, o capital simbólico caracteriza-se pelo prestígio. “A compra de obras de arte, testemunho objetivado do ‘gosto pessoal’, e a mais próxima da forma mais irrepreensível e mais inimitável do acúmulo, ou seja, a incorporação dos sinais distintivos e dos símbolos do poder sob a modalidade da ‘distinção’ natural, de ‘autoridade’ pessoal ou de ‘cultura’” (ibidem, p.263).

¹⁵ As identificações de cor/raça de determinados indivíduos foram retiradas dos registros de óbito ou batismo.

¹⁶ Ata de sessão da diretoria. Livro de atas da SRUO, 11 jun. 1926.

¹⁷ Ata de assembleia geral extraordinária. Livro de atas da SRUO, 28 abr. 1947.

¹⁸ Ata da sessão da assembleia geral. Livro de atas da SRUO, 21 abr. 1933.

¹⁹ Encontramos os seguintes nomes entre os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que tiveram papel de liderança no quadro de sócios da Sociedade Recreativa União Operária: Adolpho Campos, Antão Veríssimo, Antônio Felisberto da Rosa, Bonifácio Declesio Gil, Bonifácio Jesuíno Alves, João Augusto de Carvalho, José Alano de Bittencourt, José Antônio de Oliveira, Lucidonio Cypriano e Pedro Jerônimo do Nascimento.

²⁰ A política da transfiguração “ênfata o surgimento de desejos, relações sociais e modos de associação qualitativamente novos no âmbito da comunidade racial de interpretação e resistência e também entre esse grupo e seus opressores do passado. Ela aponta especificamente para a formação de uma comunidade de necessidades e solidariedade” (GILROY, 2012, p.96).

²¹ *O Albor*, ano 23, n.1037, 30 dez. 1923.

²² Segundo Beatriz Loner: “Os negros tiveram que, praticamente, desenvolver uma rede associativa própria como meio de sobrevivência e organização do grupo. Para isso contaram com lideranças cuja preocupação com a integração da etnia na sociedade levou-os a desenvolver várias associações e atividades na busca da elevação social e econômica do homem negro. Essa integração correspondia a sua afirmação como trabalhador, especialmente como operário, nas mais variadas e diversas formas em que isso se pudesse concretizar. A busca de um emprego fixo como garantia de sobrevivência e de certo respaldo frente à sociedade e o poder público fez parte dos sonhos de todos aqueles que lutaram pela valorização do negro na sociedade discriminatória da Primeira República” (LONER, 1999, p.270). Sobre a relação entre associativismo, positividade da identidade e ascensão social do negro pelo trabalho, ver: ESCOBAR, 2010.

²³ Ata da sessão da assembleia geral. Livro de atas da SRUO, 12 set. 1921.

²⁴ Ibidem, 1 jul. 1930.

²⁵ Ibidem, 30 nov. 1931.

²⁶ Ibidem, 28 abr. 1942.

²⁷ O discurso público é compreendido aqui como discurso publicizado, formado, geralmente, por normas de etiqueta e cortesia. Ele representa ou reproduz a fala da elite e da ideologia dominante em determinado tempo e espaço. O discurso público imbuí-se do poder da autoridade, por isso escapa das censuras morais. Apesar de ser um discurso próprio do dominador, como afirma James Scott, o discurso público também pode ser usado e apropriado pelo subordinado, funcionando, assim, como uma estratégia eficaz de inclusão social e resistência cultural (SCOTT, 2000).

²⁸ Artigo 7º, letra F, dos estatutos da SRUO.

²⁹ Ata da assembleia ordinária geral. Livro de atas da SRUO, 6 maio 1967.

³⁰ Regulamentavam as associações para “fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição” de 1891.